

Garantir, valorizar e efectivar os direitos dos trabalhadores

30-Set-2004

Â STAL E STML APROVAM RESOLUÃ§Ã£o EM PLENÃ•RIO

Dirigentes e delegados sindicais do STAL e do STML aprovaram em plenÃ¡rio nacional uma resoluÃ§Ã£o que exige aumentos reais dos salÃ¡rios e a valorizaÃ§Ã£o das carreiras, condenando com firmeza o processo de privatizaÃ§Ãµes em curso, designadamente no sector da Ã¡gua e saneamento.

RESOLUÃ§Ã£o

Mesmo que recauchutado, o actual Governo PSD/PP nÃ£o deixa de ser uma cÃ³pia fiel do projecto polÃ­tico prosseguido ao longo dos Ãºltimos dois anos por DurÃ£o Barroso, com perigosos retoques populistas ainda mais Ã direita e com um discurso ainda mais demagÃ³gico, sinais que nos devem a todos merecer especial atenÃ§Ã£o, denÃºncia e combate.

A destruiÃ§Ã£o dos serviÃ§os pÃºblicos, retirada dos direitos, degradaÃ§Ã£o dos salÃ¡rios e desregulamentaÃ§Ã£o das leis laborais, sÃ£o os principais traÃ§os que continuam a marcar as intenÃ§Ãµes da direita e da extrema direita no poder, que pretendem a todo o custo continuar a servir os interesses dos grandes grupos econÃ³micos e financeiros e as clientelas polÃticas dos partidos do Governo.

Aprofundam-se as desigualdades, sinais de utilizaÃ§Ã£o pouco clara de dinheiros pÃºblicos e de abuso de poder de que sÃ£o exemplo, as reformas de Mira Amaral, a nomeaÃ§Ã£o da ex-Ministra Cardona para a Caixa Geral de DepÃ³sitos, os salÃ¡rios e mordomias dos directores e de dezenas de assessores do Banco de Portugal, de centenas de assessores do Governo e de outras entidades pÃºblicas com valores salariais exorbitantes, em regra sÃ³ do seu prÃ³prio conhecimento e do responsÃ¡vel pela sua nomeaÃ§Ã£o.

As contas incontrollÃveis dos hospitais SA, os lucros fabulosos de antigas empresas pÃºblicas, recentemente privatizadas, como a Brisa, PT (serviÃ§o dos mais caros da Europa), a EDP, os bancos, etc., etc.

Em contraponto a esta politica, vem o conhecido ministro BagÃ£o FÃ©lix (o tal das mentiras sobre o pacote laboral nÃ£o se aplicar Ã AdministraÃ§Ã£o PÃºblica) falar em aumentos miserÃ¡veis de salÃ¡rios para a administraÃ§Ã£o pÃºblica, a contar (com avareza) os tostÃµes dos trabalhadores, usando a ladainha das dificuldades orÃ§amentais.

E insiste em continuar a sacrificar os jÃ¡ demasiadamente penalizados trabalhadores da AdministraÃ§Ã£o PÃºblica, ao mesmo tempo que tenta omitir ao PaÃs os cerca de sete mil milhÃµes de euros de fuga ao fisco, que constituem um verdadeiro roubo por parte dos grandes grupos econÃ³micos e sem que ninguÃ©m assumia qualquer medida sÃ©ria que lhe ponha fim e os obrigue a serem tambÃ©m contribuintes, bem como as chorudas reformas e benesses aos gestores

públicos.

Alis, nos primeiros meses de mandato a pedra de toque deste Governo não deixa qualquer margem para d vidas sobre as inten es do Governo, que nem o populismo e a falsa máscara de preocupa o social conseguem esconder:

  São evidentes as inten es de manter a degrada o dos salários dos trabalhadores, dos quais grande parte só nos últimos dois anos sofreram uma desvaloriza o de 6,30%;

  As medidas gravosas em torno da pseudo  reforma  da Administra o Pública e da regula o do Código do Trabalho mant m-se;

  A apologia de uma falsa política de  justi a social    uma verdadeira afronta, na medida em que claramente se percebe o verdadeiro alcance discriminatório de medidas como os aumentos dos transportes indexados   subida dos combustíveis ou a diferença das taxas moderadoras;

  A destrui o dos serviços públicos continua a ser uma prioridade para este Governo, nomeadamente ao nível da água e do ambiente, prioridade essa que agora se reforça em torno das chamadas Comunidades Urbanas e áreas Metropolitana, prevendo-se desde já a inten o de se concentrarem mais um conjunto de serviços públicos das autarquias para preparar a sua futura privatiza o;

  Entretanto, da parte da Secretaria de Estado da Administra o Local, não surgem quaisquer inten es de resolver os problemas específicos dos trabalhadores da Administra o Local, nomeadamente dando cumprimento   s medidas consensualizadas no âmbito da Comissão Tripartida STAL/ANMP/DGAL, parecendo aliás que a folclórica mudança para Coimbra fez também afastar a distância das solu es que se exigem e para as quais existem compromissos claros do anterior Governo;

  De resto, e apesar da conversa de dialogo desde 10 Agosto, data da reunião com o STAL e com o STML, que a SEAL não envia nem uma resposta a estas questões;

  E também os trabalhadores a desempenhar fun es nas autarquias sob o regime de direito privado, empresas municipais ou empresas privadas que operam no sector têm vindo a ser fortemente penalizados, seja através da política geral do Governo, seja pela forma discriminatória com que frequentemente são tratados pelas entidades empregadoras, nomeadamente ao nível dos direitos, dos salários, da segurança no emprego e das condi es de trabalho.

Assim, o Plenário Nacional de dirigentes e delegados sindicais do STAL e do STML, reunido em Lisboa, no dia 30 de Setembro de 2004, decide:

1. Assumir a exigência de respostas imediatas à SEAL e ao Ministro das Cidades, quanto ao compromisso da publicação das conclusões da Comissão Tripartida STAL/ANMP/ DGAL;
2. Exigir a concretização das medidas legislativas consensualizadas entre o STAL, a ANMP e a DGAL, no âmbito da Comissão Tripartida criada há mais de dois anos por proposta do secretário de Estado cessante;
3. Empenhar-se na luta por uma actualização salarial real, por uma mais justa distribuição da riqueza e integração de ganhos de produtividade;
4. Apelar a toda a estrutura sindical e aos trabalhadores da Administração Local e Regional para que se empenhem fortemente na defesa da Proposta Reivindicativa para 2005, já aprovada pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e entregue ao Governo;
5. Continuar a luta pela igualização do Índice 100 ao valor do Salário Mínimo Nacional;
6. Continuar a luta pela regulamentação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco;
7. Condenar o processo privatizador dos serviços públicos em curso, nomeadamente ao nível da água e do ambiente;
8. Continuar o combate em defesa do poder local democrático, próximo dos cidadãos e empenhado na prestação de serviços públicos de qualidade para todos, disponível para em conjunto com a sociedade se empenhar na sua modernização e evolução a emanar como poder dos cidadãos e do povo;
9. Continuar a luta contra a discriminação existente entre as carreiras verticais e horizontais, bem como a interferência negativa das CCDR's neste processo;
10. Propor a Associação Nacional dos Municípios Portugueses a continuação da abordagem das questões que ficaram pendentes na Comissão Tripartida propondo que também ela, ANMP, exija do Governo o cumprimento dos seus compromissos;
11. Condenar a recusa sistemática do Governo em negociar de forma séria e efectiva a valorização e requalificação de um conjunto de carreiras profissionais, designadamente as dos polícias e fiscais municipais, dos trabalhadores da

educação e dos bombeiros profissionais, das carreiras operárias e auxiliar, bem como o adiamento da negociação de uma portaria regulamentadora dos trabalhadores ao serviço das associações humanitárias de bombeiros;

12. Saudar o dia 1 de Outubro, Dia Mundial da Água, assumindo a luta em defesa dos serviços públicos, com especial empenho na Defesa da Água (pública), direito de cidadania, iniciando com a apresentação pública do livro da Conferência uma verdadeira campanha em Defesa da Água, Serviço Público imprescindível.

13. Assumir desde já uma grande participação da estrutura Nacional do STAL e do STML no Plenário da Frente Comum a realizar em Lisboa, no Hotel Altis, no próximo 13 de Outubro às 14,30h.

14. Saudar calorosamente o 34º Aniversário da CGTP-IN que amanhã se comemora, dia 1 de Outubro, decidindo desde já uma participação activa na jornada nacional de luta dos trabalhadores portugueses que a Central promove na 1.ª quinzena de Novembro, apelando aos trabalhadores da administração local a uma grande participação.

15. Continuar e reforçar a cooperação entre os dois sindicatos nas diversas jornadas comuns e visando o agendamento das acções que se revelarem necessárias caso o Secretário Estado da Administração Local continue sem dar respostas aos seus compromissos.

Lisboa, 30 de Setembro de 2004

O Plenário Nacional do STAL e do STML

Â

Â

Â

Â